



# **O cunho renovador da história das mulheres: uma análise do Projeto Mulheres da Paz**

## **The renewal of women's history: an analysis of the Women of Peace Project**

Anelise Gregis Estivalet<sup>1</sup>

Université Paris Descartes-Sorbonne

### **Resumo**

Fatos relacionados à violência e às políticas sociais que lhes são concernentes, como também as discursividades orientadas à promoção de cidadania, têm perpassado as esferas pública e privada da vida de mulheres residentes em periferias urbanas. A pesquisa aqui apresentada pretendeu identificar a singularidade da atuação das mulheres no trabalho comunitário, na política do cotidiano e no espaço das comunidades onde vivem, aproximando-se da perspectiva de desenvolvimento das potências das mulheres. Dessa forma, a proposta pautou-se em compreender como se organizou a participação no projeto Mulheres da Paz (Ministério da Justiça/Brasil) desenvolvido em Porto Alegre entre 2010 e 2012, quando mulheres atuaram no espaço público e no trato da violência. Em campo, utilizei, a análise de documentos e bancos de dados, assim como a observação participante e entrevistas semiestruturadas. Nesse ínterim, observei que as mulheres vêm produzindo novas significações para suas próprias trajetórias, articulando novas redes e estratégias ao reivindicar a redução das práticas violentas e compartilhar responsabilidade política.

Palavras-chave: Política pública; movimento comunitário; cotidiano; mulheres; violência.

### **Abstract**

Related violence and social policies facts, as well as the discourses oriented towards the citizenship promotion, pervade the public and private spheres of life of women living in urban peripheries. The research presented here seeks to identify the uniqueness of women's work in community work, in the politics of daily life and in the space of the communities where they live, approaching the development

---

<sup>1</sup> Corresponding author: [anegregis@gmail.com](mailto:anegregis@gmail.com)



perspective of women's powers. Accordingly, Thus, the proposal was based on understanding how the participation in the Women of Peace (Ministry of Justice/Brazil) project was organized in Porto Alegre between 2010 and 2012, when women worked in public space and dealing with violence. In the field research, I used the analysis of documents and databases, as well as participant observation and semi-structured interviews. In the meantime, I have noted that women have been producing new meanings for their own trajectories, articulating new networks and strategies by claiming to reduce violent practices and share political responsibility.

Keywords: Public policy; community movement; quotidian; women; violence.

## I. Introdução

As feministas foram precursoras em estratégias inovadoras, tais como o “efeito bumerangue”, que mobiliza a opinião global dirigindo a atenção para denunciar abusos locais e para envergonhar os estados que simplesmente fecham os olhos para eles. O resultado foi uma nova forma promissora de ativismo feminista, transnacional, de múltipla escala e pós-Estado de bem-estar social que pontuou as ações da nova onda feminista (de direitos das mulheres). Iniciativas como essas surgiram em várias cidades do mundo, como o Movimento Mães de Maio (São Paulo), que é baseado no Movimento das Mães da Praça de Maio (Argentina), o Movimento pela Paz Liberiano, a ONU Mulheres (que ocorre em vários países do mundo, principalmente em países africanos), entre outras.

A atuação do feminismo latino-americano está além dos movimentos sociais no sentido clássico da expressão. Ela se insere no campo discursivo de atuação/ação. Atualmente, constitui-se como um campo amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacetário e polifônico. A maioria das Organizações Não Governamentais (ONGs) que surgiram no início da segunda onda do feminismo latino-americano centrou suas atividades na educação popular<sup>1</sup>, no empoderamento e na conscientização das mulheres de classes populares. Algumas mantêm esse enfoque, enquanto outras centram seu trabalho na promoção e no monitoramento da legislação relacionada ao gênero. Outras organizações ainda se propõem a articular trabalhos de base com ações “macro”, centradas nas políticas públicas e em outras modalidades de intervenção político-cultural. Marlise Matos (2013, p. 97) esclarece-nos a esse respeito:

*Las ONG feministas, cada vez más especializadas, avanzaron en la introducción de los temas relacionados con el género en distintos programas, mientras que relativizaron en su parte su función de crítica, presión y transformación del Estado. Las ONG comenzaron a tener un papel importante en el fortalecimiento de las políticas sociales, mientras que el Estado experimentó un vaciamiento de su función social.*



Mais que executoras, as ONGs tornaram-se organismos coordenadores e orientadores das políticas sociais, muitas vezes transformando-se em organizações híbridas da sociedade civil ou do movimento feminista que promovem a cidadania plena das mulheres. Como afirma Sonia Alvarez (2000, p. 402), “las ONG parecían más ‘neo’ que ‘no’ gubernamentales al responsabilizarse por los servicios públicos que deberían permanecer dentro del campo de acción de los gobiernos”.

Contextualizando a busca pela promoção de direitos das mulheres, surgem na década de 1980 na América Latina – em países como Peru, Argentina e Chile – os chamados cursos de capacitação legal das mulheres que se propunham a promover a outras o conhecimento das leis e dos mecanismos jurídicos possíveis de serem usados. No Brasil, a ideia de criação do projeto Mulheres da Paz baseou-se em uma proposta iniciada em 1992, em São Paulo, através de uma articulação entre a União de Mulheres de São Paulo e a organização não governamental Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, que desenvolve o programa Promotoras Legais Populares. Segundo Aline Bonetti (2000, p. 20), essa iniciativa tinha por objetivo “a constituição de redes femininas de informação sobre os direitos das mulheres nos setores urbanos de baixa renda, além da multiplicação destas informações a um número cada vez maior de mulheres”. O projeto foi inicialmente chamado de Mães Ouvidoras. A proposta era criar uma alternativa à mulher e à sua comunidade em termos de resolução de conflitos, conhecimento de seus direitos, utilização dos espaços públicos, exercício da cidadania, acesso à justiça, à saúde e às políticas públicas. A finalidade principal do programa seria, então, que essas mulheres pudessem multiplicar os conhecimentos adquiridos, mediando situações conflituosas e oferecendo alternativas de encaminhamento.

No contexto da proposição de políticas para redução da incidência de atos violentos contra as mulheres, criaram-se projetos como tentativas de resposta à necessidade de predispor dotações sociais para ampliar as oportunidades às mulheres e reduzir a incidência de atos violentos contra elas. A experiência revelou que, nos casos de violência contra a mulher, mostra-se muito mais eficaz a intervenção de outra mulher da própria comunidade, sensibilizada, que acessará a vítima sem violar sua intimidade, proporcionando-lhe conforto e conhecimento de seus direitos, de sua cidadania e da necessidade de mudança dessa realidade. De fato, a ênfase na capacitação com perspectiva de gênero, somada ao desenvolvimento pessoal nos programas dirigidos às mulheres pobres, difundiu-se extensamente em toda a América Latina, sobretudo após a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, ocorrida em Viena em 1993, e a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em Beijing no ano de 1995.

Posteriormente, influenciado pelo movimento Mães do Rio, que se caracterizava por grupos de mulheres atuantes devido às chacinas ocorridas no Rio de Janeiro no início da década de 1990 e



em 2005 – mães de Acari, de Vigário Geral, de Queimados e Nova Iguaçu e da Candelária –, o projeto passou a ser chamado de Mães da Paz. Contudo, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM) criticou a associação entre o feminino e o cuidado, com base na imagem de mulher/mãe, argumentando que o projeto deveria ser associado à promoção do empoderamento das mulheres em vez de associá-lo ao grupo de mulheres como cuidadoras. A partir disso, a SPM sugeriu a troca do nome do projeto para Lideranças da Paz, que acabaria por incluir também a participação de homens.

Bila Sorj (2011) explica que, a partir dessa tensão existente entre mães versus mulheres, o projeto acabou recebendo finalmente o nome de Mulheres da Paz, incorporando algumas sugestões da SPM. Essa tensão, no entanto, está presente na própria redação final do projeto em suas duas diretrizes gerais: enquanto a primeira faz referência à emancipação da mulher, a segunda atribui-lhe um papel relacionado à imagem de mãe/cuidadora, ao ser responsabilizada pelo encaminhamento de jovens aos projetos sociais do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Desde a criação do projeto, em 2007, ocorreram modificações quanto aos seus objetivos. Inicialmente, o projeto Mulheres da Paz tinha como objetivos incentivar mulheres - por meio de transferência direta - a construir redes sociais de prevenção e enfrentamento à violência que atinge jovens em situação de vulnerabilidade expostos à violência e formar lideranças comunitárias que poderiam tornar-se multiplicadoras de informações. Sua última versão, em linhas gerais, visava a capacitação de mulheres atuantes na comunidade para que se constituíssem institucionalmente como mediadoras sociais a fim de fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas por elas e para elas, com base no empoderamento feminino. Além disso, predispunha-se a construção e fortalecimento de redes tanto de prevenção da violência doméstica quanto de enfrentamento das violências que compõem a realidade local e que envolvessem jovens e mulheres, pois as mulheres da paz faziam parte da própria comunidade, sendo capacitadas em temas como gênero e direitos da mulher, direitos humanos e cidadania, violências, fatores de risco e protetivos e prevenção à drogadição. Elas deveriam agir como multiplicadoras do programa, tendo como incumbência prevenir a violência juvenil e o envolvimento dos jovens com as drogas, bem como a violência de gênero.

Através da atuação dessas participantes, o projeto visou fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas pelas mulheres em suas comunidades. Ao se organizarem em grupos, isso possibilitaria a articulação com outras redes e poderia fazer valer, de certa maneira, suas necessidades e reivindicações mais importantes, incluindo melhores condições de vida, maior acesso à justiça e uma vida menos violenta e mais digna. Em pesquisa realizada por Márcia dos Santos Macêdo em 2001, com mulheres chefes de família em Salvador, as mulheres



relataram que, embora enfrentassem dificuldades econômicas, estar com os filhos significava “ter paz”.

Esse sentimento demonstra que, muitas vezes, as mulheres conseguem romper com relações desiguais e violentas. É um típico contexto de “negociação de subjetividades”, como diria Heleieth Saffioti (1997), “quando a mulher consegue romper o eixo de organização da sua vida em torno de uma figura/situação violenta ou opressiva. Essa reelaboração de suas referências de mundo favorece a construção de novas falas e, num certo sentido, pode-se dizer que permite o surgimento de um novo sujeito” (Macêdo, 2001: 71). Esse processo que atravessa as subjetividades das mulheres, suas relações interpessoais e suas visões de mundo, resulta, em muitos casos, em oportunidades de mudanças de vida, ainda que seja um processo muito difícil para as chefias femininas. Assim, vive-se o paradoxo de considerar-se “vitoriosa”, mesmo tendo todas as responsabilidades sobre suas costas.

Vítimas de diferentes tipos de violência, seja ela doméstica, institucional ou indireta (quando os membros de sua família também são agredidos, presos ou mortos, sobretudo seus filhos), as mulheres correspondem às principais vítimas da violência criminal no Brasil. No discurso das mulheres da paz aparece, mais uma vez, o relato de mulheres que se sentiram “empoderadas” após participarem do projeto, a ponto de resistirem à relações abusivas, transformando-as ou até mesmo rompendo-as. Resta saber se, junto a essas políticas, o estado proporciona oportunidades de profissionalização ou empregabilidade a essas mulheres, se oferece refúgios temporários para elas e seus filhos quando são vítimas de violência doméstica e se o interesse final é o fortalecimento da vida delas, e não somente a manutenção das famílias.

## **II. Direitos Humanos e Mulheres da/pela paz: associações possíveis**

Devemos ser capazes de imaginar a implementação de uma paz mundial mais sólida e caminhar em direção a ela, partindo da construção de um diálogo de civilizações, de um conjunto de direitos humanos que não está inspirado nos objetivos de uma só nação nem na minimização de uma possível decadência. Rafael Bayce (2005) compreende que nem a virtualidade do atual movimento dos Direitos Humanos nem o seu desenvolvimento pode prevenir, minimizar e controlar atuais ou eventuais conflitos. Ainda assim, reconhecem-se os esforços realizados, os quais têm surtido efeito na melhoria da convivência humana, defendendo os menos privilegiados, protegendo as minorias, articulando interesses, valores e temas. No entanto, o autor argumenta que o movimento está esgotado em seu potencial por já ter alcançado seu objetivo histórico e corre o risco de converter-se dialeticamente em um obstáculo à busca de uma paz mundial concreta, sólida e duradoura.



O apoio deve partir do movimento de direitos humanos, porém é essencial transcendê-lo e superá-lo durante o seu auge, para impedir que chegue ao seu teto e transforme-se em uma pedra do caminho que se pretende edificar: o desenvolvimento da paz e da convivência entre países, nações e civilizações. Bayce (2005) aponta três insuficiências do movimento de direitos humanos, a saber:

- 1) o conteúdo dos assim proclamados Direitos Humanos Universais seria demasiadamente ocidental, branco, urbano e cristianizado, ao passo que tais direitos deveriam servir para uma identificação global duradoura, abrangendo valores centrais que sustentassem relações pacíficas e simpáticas entre povos, culturas e civilizações;
- 2) os procedimentos adotados para estabelecer tais conteúdos têm sido de uma aparência altruísta com imposição de culturas, civilizações e países hegemônicos frente ao restante, visto que tais conteúdos têm sido estabelecidos sem a participação de grupos historicamente importantes e numericamente relevantes. Esses procedimentos não têm dado conta da diversidade de atores, evitando, assim, o estabelecimento do que seria o “Universal”. Esses fatores podem implicar obstáculos a sua difusão, principalmente em resistências à sua implantação, não só pelo não reconhecimento, mas também pelo sentimento de invasão;
- 3) em virtude das constatações anteriores, os Direitos Humanos podem, por sua frágil pretensão de universalidade não provada e não praticada, serem vistos como uma nova invasão etnocêntrica neocolonial, gerando conflitos desnecessários.

É possível reconstruir a história dos direitos humanos como a história das regulamentações jurídicas de violências até certo ponto “encobertas”. As gerações de direitos mostram um processo histórico de visualização das violências. Karel Vasak (apud Fernández Segado, 1998) identifica as três gerações de direitos:

- 1) os direitos individuais do século XVIII e início do século XIX;
- 2) os direitos sociais e econômicos do período entre-guerras;
- 3) os direitos de terceira geração fundados na solidariedade.

Enquanto os direitos de primeira geração podem ser facilmente identificados com os meios para evitar a violência institucional ou os efeitos das guerras, os de segunda geração correm no sentido de prevenir a violência estrutural. Não é estranho que os primeiros direitos vinculem-se à violência direta, considerando-se também que a visão mais tradicional dos estudos sobre a paz tenha estado vinculada à ausência de guerra. Nesse sentido, é importante observar que, dos trinta artigos da Carta Universal dos Direitos Humanos de 1948, apenas seis se referem explicitamente aos direitos socioeconômicos (Oliveira, 1993). Isso significa que os direitos de segunda geração entraram para o debate jurídico ao serem identificados como um tipo de violência estrutural nas



sociedades. Uma última análise mostrará que os direitos de terceira geração estão associados à visibilidade decorrente dos até então acobertados tipos de violência. Talvez por esse motivo os Direitos Humanos sejam permeados, na atualidade, por debates em torno da paz feminina, do respeito à natureza e da tolerância às minorias étnicas e imigrantes.

Na realidade, a história dos direitos humanos confunde-se com a história da luta pela paz. E, quando se fala em direitos à paz como elemento de uma terceira geração de direitos, trata-se, na verdade, de incorporar ao acervo jurídico internacional à possibilidade de negar a violência em sua forma mais direta. Parece mais correto afirmar que cada geração de direitos corresponde à determinada visualização dos tipos de violências e ao acordo entre nações sobre novas formas de expressões jurídicas que visam cumprir o objetivo de evitá-los ou combatê-los.

Por este e por outros motivos, torna-se necessário e urgente fazer florescer um direito que seja cosmopolita, que transcenda a lei das nações – uma espécie de cidadania cosmopolita. Pensadores como Immanuel Kant, Jürgen Habermas, Rafael Bayce, Johan Galtung, Jean-François Lyotard, entre outros, compartilham dessa ideia. Assim, a proposta é utilizar os direitos humanos como embrião da paz e do cosmopolitismo.

Conceber a justiça a partir de uma “ideia” que é capaz de reconstituir a universalidade e também a finalidade em termos de coexistência das diferenças. Essa “ideia” teria uma função reguladora sobre a diversidade das opiniões e se basearia no fato de que o julgar transcende a determinação do presente, visto que projeta o porvir da humanidade. Se, por um lado, a “ideia” é incapaz de gerar um conceito unitário de justiça, capaz de garantir a paz entre os diferentes, por outro, ela ao menos evita que confundam unificação e dominação, promovendo acordos que, segundo Jean-François Lyotard (1986), sustentem a coexistência das diferenças.

Assim, no contexto da proposição de políticas para tentar diminuir a incidência de atos violentos contra as mulheres criaram-se projetos como tentativas de resposta à necessidade de predispor dotações sociais para ampliar as oportunidades às mulheres e tentar diminuir a incidência de atos violentos contra as mulheres.

Constituir a mulher enquanto sujeito das políticas e entendendo sua atuação como possuidora de um diferencial nas relações cotidianas faz com que se leve a público as posições das mulheres frente às situações de dominação. Tais políticas propõem que ao nível da sociedade civil a mulher deixe de ser um sujeito privado e passe a ter uma identidade pública. Tendo como base o Projeto Mulheres da Paz, pretende-se refletir neste artigo sobre o trabalho comunitário de mulheres e sua implicação com a expansão dos direitos humanos.

### **III. Projeto Mulheres da Paz**



O projeto Mulheres da Paz foi uma das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que foi criado em 2007 pelo governo federal e, inicialmente, objetivava que a segurança pública fosse uma questão transversal, a qual demandaria intervenções integradas de várias áreas do poder público, não apenas com repressão, mas também com prevenção. Sua implementação ocorreu através do governo federal do Brasil, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com os estados, o Distrito Federal e os municípios – e, em tese, com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnico-financeira e mobilização social, visando a melhoria da segurança pública. Em 2011, todos os princípios e diretrizes introduzidos pelo Pronasci na área da segurança pública passaram a ser orientadores de toda a política nacional conduzida pelo governo federal. Isso significa que o conceito do Pronasci deixou de ser restrito a um dos programas federais e passou a direcionar todas as ações realizadas.

O Pronasci<sup>2</sup>, de acordo com a sua norma legal, instituiu quatro projetos para compor o elenco de ações do programa: I) Reservista Cidadão; II) Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo)<sup>3</sup>; III) Mulheres da Paz; IV) Bolsa Formação. Teoricamente, o projeto Mulheres da Paz deveria ser um apêndice ao projeto Protejo, pois as mulheres da paz atuariam junto aos jovens de suas comunidades em situação vulnerável. Na prática, como o projeto Mulheres da Paz costuma desenvolver-se antes do início da execução do Protejo, as mulheres acabam tendo uma atuação muito mais relacionada às suas práticas cotidianas do que às ações junto aos jovens. Esta análise, portanto, será relacionada à atuação das mulheres em relação às suas demandas, e não como atores sociais que trabalhem no combate à violência estrutural, buscando a paz, como sugere o objetivo central do projeto.

O Pronasci trabalhou com o estabelecimento dos chamados Territórios de Paz, que seriam zonas de violência conflagradas. As regiões selecionadas em Porto Alegre caracterizaram-se por terem apresentado taxas médias de homicídios (2006-2008) superiores a 80 por 100 mil habitantes na faixa etária de 15 a 24 anos e um número elevado de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. Com isso, as regiões selecionadas foram: Vila Bom Jesus (zona leste), Restinga Velha (extremo sul), Cruzeiro (Centro-Sul) e Lomba do Pinheiro (zona leste).

Para participar do projeto, a interessada deveria preencher os seguintes requisitos: ter idade mínima de 18 anos completos; ter renda familiar de até dois salários mínimos; comprovar capacidade de leitura e escrita; residir em área que constituísse foco territorial do Pronasci e ter disponibilidade de 12 horas semanais para efetuar o trabalho comunitário<sup>4</sup>. Essas atividades envolviam visita às famílias próximas de sua residência, comparecimento à reunião quinzenal com a equipe multidisciplinar e promoção de reuniões comunitárias mensais.





Ao todo, foram aproximadamente 600 inscritas em Porto Alegre, das quais 400 preencheram os requisitos e passaram à segunda fase de seleção, incluindo entrevista com uma equipe multidisciplinar. Foram selecionadas 320 mulheres (equitativamente distribuídas entre os quatro territórios), configurando um universo de 80 mulheres por território. A atuação na comunidade iniciou após a capacitação inicial (duração de 30 dias)<sup>5</sup>, quando 205 mulheres foram aprovadas para atuar no projeto Mulheres da Paz.

#### **IV. Metodologia**

Para uma melhor compreensão da realidade que nos propomos a pesquisar, foi necessária a utilização de referenciais metodológicos que abarcassem instrumentos de abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa. Assim, esta pesquisa analisou tanto dados e documentos para levantar dados quantitativos sobre o perfil das mulheres da paz de Porto Alegre como também foram utilizadas técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas. Acompanhamos o período de capacitação das mulheres, que ocorreu entre os meses de março e agosto de 2011. Ao final da capacitação, quando se definiram as mulheres que atuariam no projeto, foram realizadas as entrevistas, com uma amostra de 16 mulheres (quatro mulheres por região). As mulheres receberam a capacitação em seus territórios de origem, sendo que havia oito turmas de 40 mulheres divididas em turmas de aulas à noite (quatro turmas) e aulas nos finais de semana (quatro turmas). As atividades foram desenvolvidas nas quatro diferentes regiões de Porto Alegre já citadas anteriormente: Bom Jesus, Cruzeiro, Lomba do Pinheiro e Restinga Velha.

Durante o período de capacitação, ocorreu um grande número de desistências por diferentes razões – algumas mulheres passaram a trabalhar, enquanto outras alegaram a necessidade de cuidado com os filhos. Além disso, mesmo o curso iniciando em março, as mulheres só receberam a primeira parcela de bolsa-auxílio no final do mês de maio de 2011, ou seja, praticamente três meses após o início do curso. Das 320 mulheres selecionadas para participar do projeto, 205 conseguiram concluir a capacitação inicial. Segundo a coordenação local do projeto, essas estariam capacitadas para compor o grupo das mulheres da paz. Quanto à composição final do universo de pesquisa, considerando o total de 205 mulheres, verificou-se a seguinte configuração: 60 integrantes na Restinga Velha, 52 na Lomba do Pinheiro, 50 na Bom Jesus e 43 na Cruzeiro.

#### **V. Perfil das mulheres envolvidas**

Passando à análise dos dados propriamente dita, cabe caracterizarmos minimamente as condições sociodemográficas das mulheres com as quais produzimos a pesquisa. O perfil dessas mulheres



foi elaborado com base nas características das 205 mulheres que concluíram o período de capacitação.

Em campo, dialogávamos com mulheres chefes de famílias consideravelmente numerosas (três a quatro filhos), cujas rendas poderíamos reunir em dois agrupamentos principais: 60,5% com ganhos familiares mensais de até um salário mínimo<sup>6</sup> e 32,4% com ganhos entre um e dois salários. Embora em quantidade pouco expressiva, havia um segmento com rendimento familiar bem menor (5,4% com até R\$150,00/mês).

Cabe salientar que o sistema de seguridade social ainda é implicitamente masculino e está bastante associado à força de trabalho, orientando-se aos trabalhadores “provedores” assalariados. No âmbito feminino, há um subsistema de apoio conectado ao ingresso familiar e orientado às mães provedoras e suas famílias “desestruturadas” no caso de famílias chefiadas por mulheres. É o caso, por exemplo, dos programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida.

De acordo com o sistema da Caixa Econômica Federal do Brasil, historicamente, 86,4% dos contratos da chamada faixa 1 (renda familiar de até R\$1,6 mil por mês) foram firmados diretamente com pessoas do sexo feminino. A Lei nº 11.977/2009, que regulamentou o Minha Casa, Minha Vida, estabelece que, entre os requisitos para a seleção dos beneficiários do programa, está o atendimento às famílias em que as mulheres são responsáveis por sua unidade. Essa determinação vale para os projetos tanto na área urbana quanto na rural. Se houver divórcio ou dissolução de união estável, o imóvel ficará obrigatoriamente em nome da mulher.

Consoante com tal informação é a tendência à ampliação da renda familiar mensal entre as respondentes mais velhas, sobretudo com idade entre 36 e 40 anos. Nessa faixa, 40% das mulheres recebiam entre um e dois salários mínimos, contra 20% entre aquelas com idades entre 18 e 25 anos.

As mulheres, mesmo sendo mais numerosas na população brasileira e tendo alcançado, nos últimos anos, índices significativos de chefia familiar, mesmo que muitas vezes seja uma chefia atribuída ao fato de ser a única provedora da família, ainda não aparecem ou têm pouca visibilidade social e política<sup>7</sup>. A desvantagem econômica das mulheres restringe a sua “voz”, impedindo a participação igualitária na formação da cultura, nas esferas públicas e na vida cotidiana.

Não basta à mulher conquistar a emancipação política e econômica para configurar a decisão de romper com as limitações presentes em sua vida. Suas demandas, usualmente entendidas como pontuais, apesar de atingirem toda a população (creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos e equipamentos de saúde etc.), acabam permanecendo em um universo restrito – e as conquistas,



quando ocorrem, são localizadas. As mulheres, mesmo tendo participação preponderante na maior parte das ações coletivas públicas, ainda parecem invisíveis em muitos setores, inclusive em outras causas sociais.

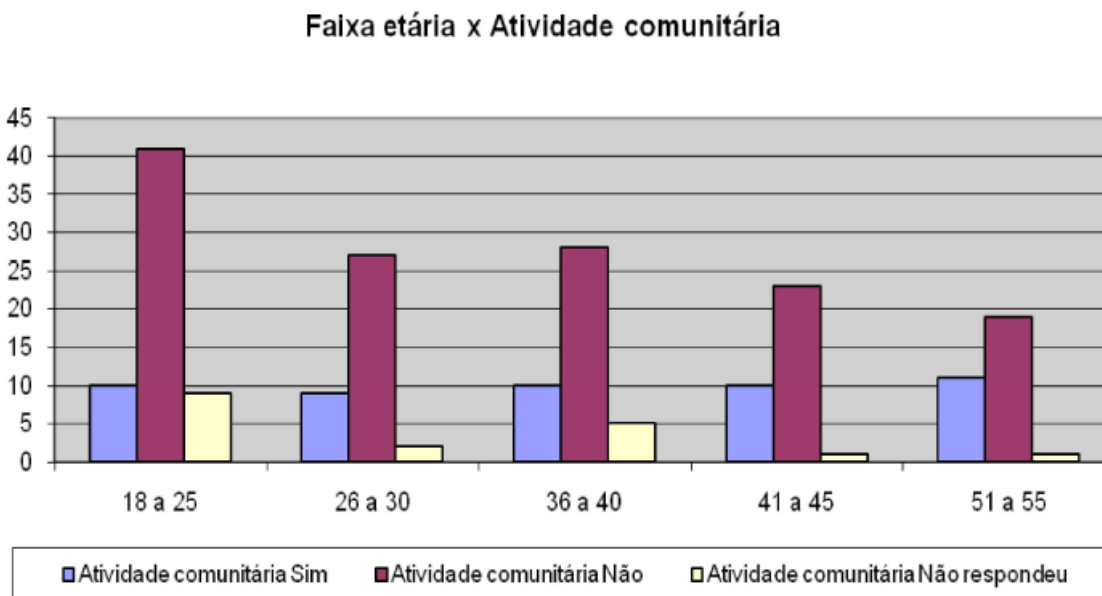
Quando consultadas sobre sua atuação comunitária antes do ingresso no projeto, a maioria das mulheres (64,2%) manifestou não ter participação. As 27,4% que afirmaram atuar mencionaram, por exemplo, a inserção em associações de moradores, em reuniões do orçamento participativo e em encontros de conselhos municipais. Merece destaque a constatação relativa à menor participação anterior entre as mulheres mais jovens (de 18 a 25 anos), que associamos à necessidade de cuidado de filhos pequenos e, por conseguinte, à demanda por ocupações comunitárias que vinculassem ganhos pecuniários (como é o caso do projeto).

Historicamente, a cultura política tradicional sempre encarou como natural a apatia das mulheres no âmbito público. A recente institucionalização da cidadania das mulheres, caracterizada com frequência como uma cidadania fragilizada, reflete a priorização, durante muitos anos, dos papéis fundamentais na esfera doméstica, ainda hoje desprestigiada e desvalorizada no mercado político. Inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é importante em termos históricos para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas.

A era dos novos movimentos sociais, na perspectiva dos movimentos de mulheres, surge para problematizar o paternalismo do Estado de bem-estar social e a família burguesa, expondo o profundo androcentrismo (normas que privilegiam os traços associados à masculinidade) da sociedade capitalista. As mulheres, ao atentarem para uma série de formas de dominação masculina, politizam uma visão expandida da política que incluísse o “pessoal”. Politizando “o pessoal”, expandiram as fronteiras de contestação para além da redistribuição socioeconômica – para incluir o trabalho doméstico, a sexualidade, a reprodução e as questões culturais, reinventando-se como política de reconhecimento da diferença.



Gráfico 1. Mulheres distribuídas conforme faixa etária e atividade comunitária pregressa

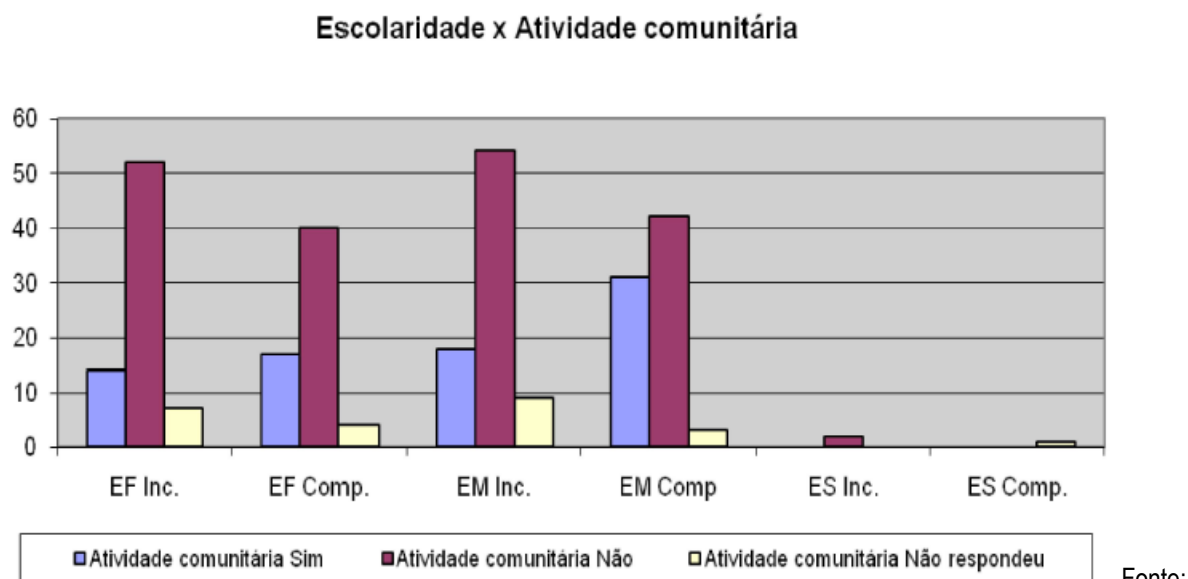


Fonte: Secretaria de Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana/Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2012).

Outra constatação que podemos destacar é a sutil tendência ao crescimento da atuação comunitária pregressa quando cotejada à escolarização no âmbito da educação básica. O Gráfico 2 apresenta uma ampliação das respostas positivas à participação quando se considera a oscilação do ensino fundamental incompleto ao ensino médio completo. As experiências dos moradores de bairros proletários revelam que as classes populares utilizam a educação escolar como um instrumento que os auxilia nas suas reivindicações de modo geral. Isso pode significar que as mulheres de bairros populares vêm utilizando-se justamente da educação escolar como forma de instrumentalização para atuar em âmbito comunitário.



Gráfico 2. Mulheres distribuídas conforme escolaridade e atividade comunitária progressa



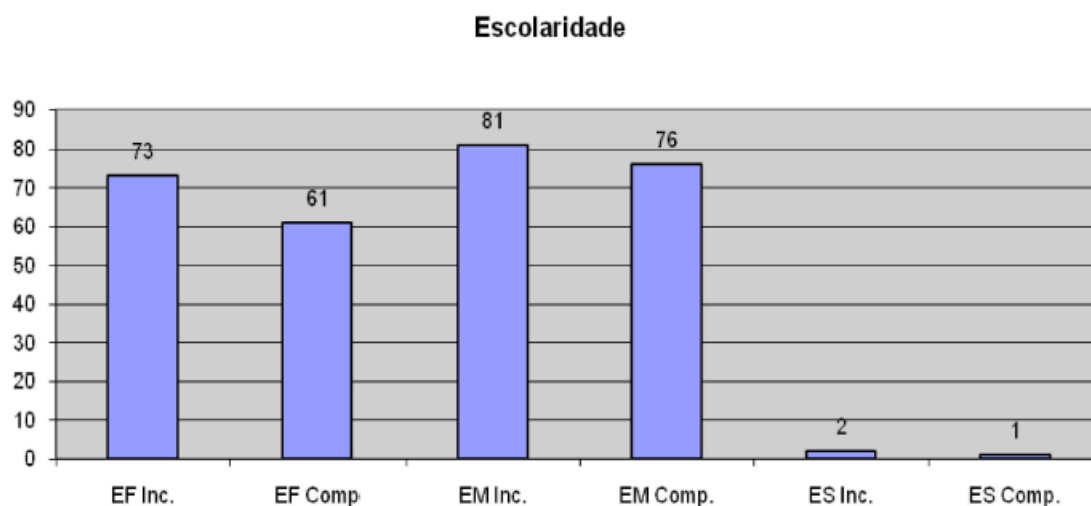
Secretaria de Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana/Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2012).

Esse dado precisa ser contrastado, porém, com os tipos de atuações elencadas pelas participantes do projeto: quando consultadas, elas associaram a atuação comunitária a vinculações relativamente institucionalizadas e publicamente reconhecidas, as quais exigiriam o trânsito por espaços e saberes formais, o que estaria relacionado à maior escolarização presente entre aquelas que lograram atuação.

Percebemos uma distribuição também equilibrada na escolaridade indicada pelas mulheres, a qual se concentra na educação básica, estando distribuída entre o ensino fundamental e médio nas seguintes proporções: 24,7% das participantes com ensino fundamental incompleto; 20,6% com ensino fundamental completo; 27,4% com ensino médio incompleto e 25,7% com ensino médio completo<sup>8</sup>.



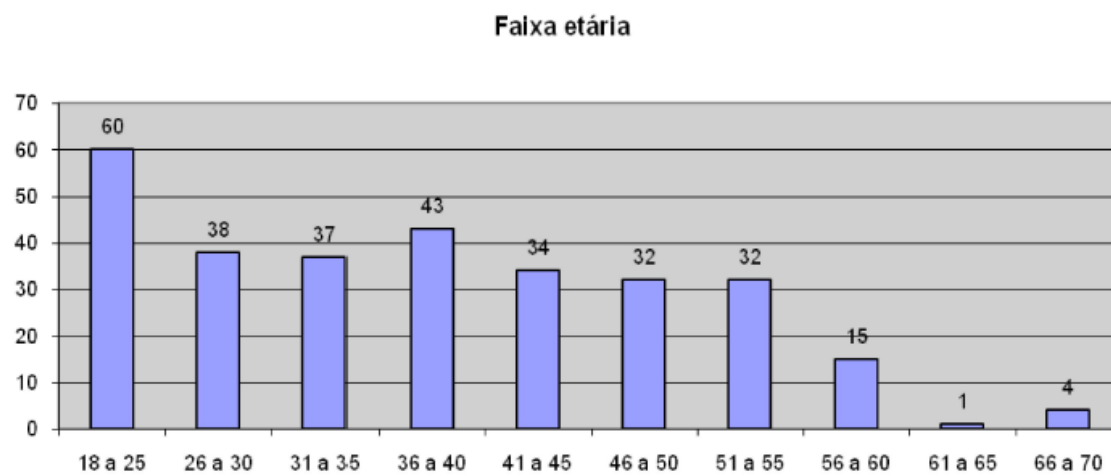
Gráfico 3. Número de mulheres conforme distribuição de escolaridade



Fonte: Secretaria de Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana/Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2012).

No que tange à faixa etária, observamos um espectro bastante amplo, que vai dos 18 aos 70 anos. Há, no entanto, uma relativa concentração no grupo com idade entre 18 e 25 anos (20,3%), possivelmente resultante da maior dificuldade desse segmento para encontrar ocupações remuneradas. De modo geral, verificamos uma distribuição bastante equânime entre as faixas. Nesse sentido, o Gráfico 4 é ilustrativo:

Gráfico 4. Número de mulheres atuantes no projeto Mulheres da Paz conforme distribuição de faixas etárias



Fonte: Secretaria de Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana/Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2012).



Segundo Fraser (2009, p. 25-26), na atual conjuntura de narrativa dos movimentos de mulheres, que é dotada de suas lutas diárias, pode-se dizer que existem dois extremos em debate: em um extremo, situam-se os quadros femininos das classes médias profissionais, determinadas a lutar por mudanças culturais; no outro extremo, incluem-se as trabalhadoras temporárias, de trabalho parcial, prestadoras de serviços de baixa remuneração, domésticas, trabalhadoras do sexo, migrantes, trabalhadoras de zonas de fronteira e aquelas que utilizam microcrédito, buscando não apenas renda e segurança material, mas também dignidade, auto aperfeiçoamento e liberação em relação à autoridade tradicional. É o caso da cristalização de novas identidades sociais por parte de grupos subordinados, tais como os das periferias urbanas.

## **VI. De sujeitos a atrizes da cena urbana: as mudanças nos espaços público e privado**

Quanto à análise qualitativa, as entrevistas foram realizadas com uma amostra de 16 mulheres (quatro mulheres por região de ocorrência do projeto). Os discursos coletados receberam tratamento a partir de uma análise temática. Destacamos, em especial, a possibilidade que essas mulheres encontraram, por meio da participação no projeto de ressignificarem suas trajetórias através da revalorização de suas experiências nos encontros ocorridos a partir da participação no projeto. As mulheres falavam principalmente sobre as mudanças que ocorreram em suas relações sociais e na visão que tinham de si mesmas.

Sobre a participação no projeto, as mulheres da paz destacavam os aprendizados obtidos a partir de suas experiências. Uma das participantes (R.) afirma: “Aprendi que tenho que respeitar quem é diferente de mim e prezar por uma vida com mais serenidade, harmonia e união. Hoje em dia, eu olho a minha realidade e a da minha comunidade com outros olhos”. Outra participante (D.) também nos esclarece a esse respeito: “Agora sei como lidar com os próprios problemas que acontecem na minha casa. Antes eu não sabia que precisava ter diálogo. Estou melhor para lidar com o meu ‘eu’, com a minha família e com o meu trabalho”.

Além de ressignificarem suas trajetórias, essas mulheres valorizavam o conhecimento adquirido, desenvolviam a autoestima, a autonomia e consideravam a importância da convivência e da troca de experiência com outras mulheres do grupo. Segundo F.: “Aprendi as leis que eu não conhecia e gostei de poder trocar experiências e da integração com outras mulheres. Agora me sinto capaz de esclarecer dúvidas de outras pessoas. Antes eu achava que não tinha capacidade para isso”. J. complementa: “Muita coisa eu achava que sabia e estava completamente errada. A cada dia aprendo alguma coisa nova e onde buscar ajuda quando preciso. Aprendi coisas que eu nem imaginava que pudessem existir”.



Várias participantes destacaram o fato de estarem há muitos anos fora do ambiente escolar e, com a participação no projeto, passaram a sentir-se motivadas para retomarem os estudos, principalmente na escola formal. Enquanto “mulheres da paz” e participantes de um projeto social, elas consideravam que desempenhavam um papel muito importante em suas comunidades como ressalta A.: “A partir de agora, vou passar a ser ‘vista’ e me sinto motivada”. Elas também entendem que assumiram uma atuação singular em suas comunidades ao participarem do projeto, como afirmou M.: “O projeto usa a experiência e a força da mulher”.

Através da observação participante, foi possível observar que elas passaram a assumir um sentimento de responsabilidade política e engajamento para com suas comunidades. Muitas permaneciam fomentando iniciativas empreendedoras, realizando campanhas e oficinas em suas comunidades, além de criarem grupos de atuação com relação às áreas de saúde, educação e/ou assistência social. Outro fator relevante é que, apesar de essas mulheres pertencerem a diferentes “vilas” dentro de um mesmo bairro, elas se integravam de forma espontânea. Diante disso, percebemos que o que divide as comunidades é o crime, e não as pessoas. No projeto, foram criados “grupos de apoio” entre as próprias mulheres, especialmente com relação às mulheres da comunidade que eram vítimas de violência doméstica.

Assim, ao atuarem como mulheres da paz, elas passaram a sentir-se no direito de exigir do poder público a efetividade de suas ações, tal como defende N.: “Acho que aprendemos bastante, mas quero saber se os encaminhamentos que fizemos darão algum resultado”. Considerando a experiência pregressa das mulheres da paz com atividades comunitárias, salienta-se que aquelas que já tinham atuação passaram a ocupar espaços de maior importância, os quais eram ocupados primordialmente por homens. Por outro lado, aquelas que não tinham experiência anterior passaram a participar de várias instâncias decisórias de suas comunidades. É como se, ao participar do projeto, elas passassem a considerar sua capacidade de participação nessas instâncias.

Diante das reflexões aqui apresentadas, foi possível perceber que a atuação das mulheres no projeto acabou por fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas pelas mulheres em sua comunidade. Ao se organizarem em grupos dentro da comunidade, possibilitaram a articulação com outras redes e fizeram valer, de certa maneira, suas necessidades e reivindicações mais importantes, inclusive melhores condições de vida, maior acesso à justiça e garantia de uma vida menos violenta e mais digna em suas comunidades.

Objetivamente, criaram-se novos públicos para os discursos sobre as lutas das mulheres; novos espaços e instituições agregaram interpretações que se desenvolveram, chegando, assim, a públicos mais amplos, modificando as formas de discursos relacionados às mulheres. A diferença consistia, principalmente, em não se referir às mulheres que eram vítimas individuais, mas





dirigir-se a elas como mulheres potencialmente capazes e membros de uma coletividade política constituída.

## VII. Considerações finais

Apesar das limitações intrínsecas a um projeto social, foi possível verificar que o projeto que nos propusemos pesquisar possibilitou a criação de espaços nos quais as potencialidades das mulheres puderam emergir através da potência do agir, tornando-se lugares favoráveis à troca de experiências e, conseqüentemente, a novas significações para as histórias pessoais. Ou seja, a partir da criação de espaços que possibilitaram a emergência das subjetividades dessas mulheres, foi possível que elas encontrassem outras estratégias de vida e criassem oportunidades para constituírem-se no espaço onde vivem configurando um ideal comunitário, conforme sustentou Michel Maffesoli (2014). Assim, a importância de projetos sociais como o Mulheres da Paz está em reconhecer as subjetividades e oferecer espaços de afirmação dessas mulheres.

No encontro dessas mulheres, elas passaram a vislumbrar a possibilidade de vivenciar o espaço público e, ao ocupá-lo, permitiram-se conviver, relacionar-se com a diversidade e autoafirmar-se. Graças ao reconhecimento e à afirmação que decorrem dessa ocupação do espaço público, aquele espaço entre dois, essas mulheres puderam formular “em concerto” seus juízos, agindo como cidadãs da polis. Elas passaram a partilhar de uma responsabilidade política comum que se implementa com a descentralização da gestão da coisa pública, envolvendo a participação das próprias mulheres residentes nos territórios de paz. Para a expansão da cidadania, é preciso que as mulheres estabeleçam novas formas de relações sociais na comunidade.

A interação dessas mulheres viabiliza transformações psíquicas das partes, de modo que despertam suas potencialidades, assim como favorecem a retomada de sentido às suas vidas, promovendo a resiliência e, dessa forma, fazendo com que suas capacidades humanas ajam frente às adversidades da vida, superando-as e fazendo com que elas saiam fortalecidas e/ou transformadas de tais situações. Grupos e pessoas não se isolam; ao contrário, conquistam e constroem processos de interação, formando a base de relações sociais novas e de caráter diferente.

Por meio da atuação das mulheres da paz, o projeto tratou de fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas pelas mulheres em suas comunidades, ainda que não fosse inicialmente o seu objetivo principal.



## Referências

- Alvarez, S. (2000). Feminismos latino-americanos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 6 (2), pp. 400-421.
- Brasil. (2007). Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e dá outras providências.
- Brasil. (2008). Decreto nº 6.490, de 19 de junho de 2008. Regulamenta os arts. 8º-D e 8º-E da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), e revoga o Decreto nº 6.390, de 08 de março de 2008.
- Brasil. (2008). Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008. Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).
- Bayce, R. (2005). La evolución sociocultural de la paz. *Ciências Sociais*, Unisinos, 41 (2), pp. 121-131.
- Bonetti, A. (2000). Entre feministas e mulheristas: uma etnografia sobre promotoras legais populares e novas configurações de participação política feminina popular em Porto Alegre. 195f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
- Fernández Segado, F. (1998). Los nuevos retos de la protección de los derechos. *Contribuciones*, Buenos Aires, Fundacion Konrad Adenauer, 15 (4), pp. 27-70.
- Fraser, N. (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, 14(2), pp. 11-33.
- Lopes, J.; Gottschalk, A. Recessão, pobreza e família: a década mais do que perdida. *São Paulo em Perspectiva*, v. 4, n. 1, p. 100-109, jan./mar. 1990.
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Colômbia, 9, pp. 73-101.
- Lyotard, J. (1986). *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Macêdo, M. (2001). Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (orgs.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Maffesoli, M. (2014). *L'Ordre des choses: Penser la postmodernité*. Paris: CNRS.
- Matos, M. (2013). Los feminismos latino-americanos y su compleja relación con el Estado: debates actuales. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, Quito, 45, pp. 91-107.



Oliveira, L (1993). Los derechos humanos como síntesis de la igualdad y la libertad. Nueva Sociedad, Caracas, 123, pp. 124-135.

Saffioti, H. (1997). A mulher na sociedade de classes. São Paulo: Expressão Popular.

Sorj, B.; Gomes, C. (2011). O gênero da “nova cidadania”: o programa Mulheres da Paz. Sociologia & Antropologia, 1, pp. 147-164.

---

<sup>1</sup> Segundo María Lugones (2008), a educação popular pode ser um método coletivo para explorar criticamente o sistema de gênero em seus grandes traços, assim como sua detalhada concretude espaço-temporal, no intuito de gerar mobilização para uma transformação das relações cotidianas.

<sup>2</sup> BRASIL. Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci e dá outras providências.

BRASIL, Decreto nº 6.490, de 19 de junho de 2008. Regulamenta os arts. 8º – D e 8º – E da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, e revoga o Decreto nº 6.390, de 08 de março de 2008.

BRASIL. Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008. Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.

<sup>3</sup> O Protejo Proteção de jovens em território vulnerável (Protejo) foi instituído pelo governo federal do Brasil no ano de 2008 e integrava as ações do Pronasci. Destinado a jovens de 15 a 24 anos egressos do sistema prisional, em cumprimento de medidas socioeducativas ou de penas alternativas, em situação de rua ou vítimas da criminalidade, prioriza a formação sociocultural e cidadã, bem como a qualificação para o trabalho, visando à pacificação social e ao fortalecimento da cidadania.

<sup>4</sup> As mulheres da paz selecionadas recebiam uma bolsa auxílio no valor de R\$190,00 (US\$ 35).

<sup>5</sup> Os temas da capacitação foram os seguintes: formação sociojurídica realizada mediante cursos de capacitação legal, com foco em direitos humanos, gênero e mediação pacífica de conflitos; desenvolvimento de atividades de emancipação da mulher e de reeducação e valorização dos jovens e adolescentes; colaboração com as ações desenvolvidas pelo Protejo em articulação com os conselhos tutelares.

<sup>6</sup> Considera-se para o salário mínimo o valor de R\$678,00 (US\$ 125).

<sup>7</sup> Estudos demonstram que existe uma forte relação entre pobreza e chefia feminina. Lopes e Gottschalk (1990) demonstram que as famílias chefiadas por mulheres estão em situação estruturalmente mais precária e mais independente de variações conjunturais quando comparadas às famílias pobres, equivalentes no ciclo familiar, que têm chefe masculino, dadas as diferenças nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho. Nesse sentido, as famílias desfeitas são mais pobres e, em um círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente.

<sup>8</sup> Para inscrever-se no projeto, era condição saber ler e escrever, o que excluía as mulheres não alfabetizadas residentes nas comunidades.